



O Conselho Local de Acção Social de Reguengos de Monsaraz reuniu na passada segunda-feira, dia 29 de Outubro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Nesta reunião foi aprovada por unanimidade a proposta da nova constituição do Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social, que integrou o parceiro estratégico IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional de Évora.

O Núcleo Executivo, enquanto estrutura operativa da Rede Social, inclui também o Município de Reguengos de Monsaraz, o Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social, o Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, a Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva, a Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz e a Unidade de Cuidados na Comunidade Almored.

Em cima da mesa esteve também a apresentação do CRI – Centro de Respostas Integradas e do Compromisso GIRA – Grupo de Intervenção Regional no Álcool. Este centro integra a Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da ARS Alentejo, tendo o Conselho Local de Acção Social manifestado interesse em aderir ao Compromisso GIRA.

Nesse âmbito pretende-se criar um espaço permanente e abrangente que envolva os vários agentes públicos e privados com intervenção directa ou indirecta no sector do álcool, como por exemplo nas áreas da fiscalização, produção, comercialização, prevenção e tratamento. Através do Compromisso GIRA poderá ser desenhada uma intervenção regional integrada e orientada para a promoção de uma cultura de moderação e responsabilidade entre os vários membros da comunidade do Alentejo central e consciencializá-los e sensibilizá-los para os problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool.

Nesta reunião foi ainda aprovada por unanimidade a proposta de integração da Equipa Local de Intervenção Precoce de Reguengos de Monsaraz e Mourão no Conselho Local de Acção Social. As Equipas Locais de Intervenção Precoce operacionalizam o preconizado no Sistema Nacional de Intervenção Precoce, que funciona através da actuação coordenada dos ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Saúde, conjuntamente com o envolvimento das famílias e da comunidade. Estas equipas prestam um serviço de apoio a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem alterações nas funções ou estruturas do corpo e/ou risco grave de atraso no desenvolvimento, assegurando um sistema de interacção entre as famílias e as instituições (na primeira linha as da saúde) para que todos os casos sejam devidamente identificados e sinalizados tão rapidamente quanto possível.